

VIAGENS, CIÊNCIA E PAISAGEM: O CERRADO SOB OLHAR EUROPEU NO SÉCULO XIX

Andréa Ferreira Delgado

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina.
<andreadelgado@uol.com.br>

David José Caume

Professor da Universidade Federal de Goiás.

Naturalistas, médicos, mineralogistas - os viajantes europeus do século XIX tinham um traço em comum: o espírito da descoberta, a procura de novos conhecimentos e a busca por vivenciar experiências inéditas. Quem eram esses homens que combinavam um espírito aventureiro com a prática científica? Quais suas motivações? Por que, afinal, se propuseram a empreender viagens por terras desconhecidas e inóspitas? Como, ao descreverem de determinada maneira a natureza, compunham as paisagens dos lugares por onde passavam?

Para tentar responder essas questões vamos investigar como a experiência de viagem, construída a partir dos discursos e práticas que compõem o campo das Ciências Naturais na Europa do século XIX, conforma o olhar que produz determinados modos de ver o cerrado.

Nossa perspectiva de análise busca romper com a idéia de paisagem como criação da natureza que se oferece aos sentidos. Partimos do pressuposto que a paisagem:

não é uma realidade que exista por si, fora da representação, fora dos discursos do homem; e que aquilo que poderia a princípio aparecer-nos como "material" em estado puro, se assim ousar dizer, já está de fato sempre envolto em redes de imagens, em cadeia de significantes.
(DUBY, s/d, p. 128)

A paisagem do cerrado foi construída por viajantes naturalistas que, para tecer suas narrativas, combinam elementos de relato científico, da crônica e linguagem poetizada. Por meio da escrita, recortam elementos do mundo natural para delinear as imagens dos cenários de viagem, trabalhando com a memória e

com os pressupostos científicos que orientavam a observação da natureza americana.

Essas narrativas não são descrições objetivas do visto e do vivido pelo viajante. Veremos como a narrativa é recriação da matéria recordada e representa o amálgama de significados que o sujeito atribui às suas vivências, construída pelo entrelaçamento da subjetividade do viajante com suas concepções científicas, sua posição e identidade no campo da História Natural e as sensações e situações experienciadas no próprio processo de viagem (cansaço, excitação, medo, doença etc.).

Ao investigarmos o histórico das viagens e as diferentes biografias dos viajantes que percorreram a Província de Goiás, na primeira metade do século XIX, encontramos características comuns. Auguste François César Prouvensal de Saint-Hilaire, botânico francês, George Gardner, botânico escocês e Johann Emmanuel Pohl, médico e mineralogista austríaco, empreenderam viagens entre 1816 e 1841, preferindo afastarem-se do litoral e traçarem seus trajetos privilegiando as regiões do interior ainda pouco exploradas. Coletaram, ao longo dos itinerários, milhares de espécies que enviaram para a Europa. Ao retornarem para seus respectivos países, dedicaram muitos anos ao estudo desse material coletado no Brasil e ocuparam cargos em instituições científicas européias. Compartilhavam, enfim, uma característica que nos auxilia a compreender essas coincidências: eram viajantes naturalistas inseridos no desenvolvimento dos métodos e questões que construía a História Natural no século XIX (LEITE, 1997). Esses viajantes representavam o interesse de várias nações que incentivaram expedições científicas ao Brasil, no intuito de aprofundar conhecimentos da flora, da fauna e dos recursos naturais, logo depois da abertura dos portos e o conseqüente fim do exclusivo português.

Os relatos analisados fazem parte de um conjunto de livros escritos após o retorno para a Europa, num momento em que a produção da literatura de viagem convivia com a elaboração de obras científicas especializadas. De igual forma, os

naturalistas desenvolveram importantes pesquisas a partir do material coletado no Brasil. Isso significa dizer que as múltiplas viagens empreendidas pelos naturalistas estão interligadas entre si pelo conjunto de discursos e práticas que compunha o campo das Ciências Naturais na Europa do século XIX.

A literatura de viagem produzida pelos naturalistas viajantes constitui um tipo específico de construção narrativa. Para investigá-la, nos afastamos daqueles que buscam nos relatos referências extratextuais, considerando-os como fontes históricas na medida em que expressariam ou refletiriam a realidade objetiva vivenciada pelos viajantes. Desejamos compreender a construção discursiva dos relatos dos viajantes naturalistas, os quais objetivam de determinada maneira a natureza descrita. Propomos investigar como o campo da História Natural influencia as convenções e as estratégias narrativas da literatura de viagem produzida pelos naturalistas.

VIAGEM E HISTÓRIA NATURAL: A VIAGEM COMO PRODUTORA DE FONTES E COMO LABORATÓRIO

Os relatos dos viajantes são conjunções de temporalidades múltiplas produzidas por vários discursos que se entrecruzam: anotações pessoais registradas durante a viagem (diários), observações escritas depois da viagem (memória), correspondências compartilhadas com terceiros, informações colhidas durante a viagem e também pela leitura e interlocução com outros naturalistas e viajantes.

As práticas discursivas do viajante europeu que descreve a natureza brasileira, em especial sua fauna e flora, são construídas a partir de pressupostos conferidos por uma determinada concepção de mundo e por um determinado olhar científico resultante de saberes em disputa no campo das Ciências Naturais. Em consequência, para entendermos as percepções, descrições e representações tecidas do meio natural brasileiro e, em particular, do cerrado, torna-se imprescindível analisar, mesmo que muito sucintamente, a constituição da História Natural enquanto campo de saber.

No processo de construção e de legitimação da História Natural, determinados objetos, técnicas e métodos específicos foram sendo estabelecidos como próprios e específicos dessa disciplina, assim como uma linguagem para se falar da natureza. O naturalista passou a desfrutar do direito de proferir um discurso legitimado por critérios de competência e saber garantidos pelo lugar institucional ocupado.

Conhecer os reinos animal, vegetal e mineral estava indissociavelmente atrelado ao ideal de ordenar o mundo da natureza, realizar a nomeação, a catalogação e a classificação de todos os seres e sua distribuição num grande quadro universal. Para tanto, a História Natural pretendeu construir uma “*língua bem feita*” e universalmente válida - na expressão de Michel FOUCAULT (1990) – para que todos os seres da natureza recebessem um nome que representasse a descrição da estrutura visível, estabelecendo uma classificação.

Esse projeto taxonômico provocou a produção de várias propostas e calorosos debates. Preponderou o *Systema Naturae*, de Carl Von Linné (1735), cuja orientação básica era que a nomenclatura dos vegetais fosse estabelecida a partir das características de seus componentes de reprodução. Cada planta receberia um nome de seu gênero, seguido por sua espécie e variedade – uma diferença essencial que a distinguiria dos tipos adjacentes.

Para descrever, nomear e ordenar todos os seres da natureza era preciso realizar uma série de operações complexas, próprias do campo da História Natural. Em outras palavras, os discursos proferidos a partir das regras desta disciplina, mesmo considerando as discrepâncias entre si, eram reconhecidos como verdadeiros e estabeleciam os regimes de verdade acerca da natureza.

Os efeitos de verdade da História Natural resultaram numa rede de implicações sociais, econômicas e políticas que alcançaram o mundo. Sob o manto da imparcialidade, neutralidade e objetividade científica, a História Natural passou a produzir regimes de verdade, ancorados numa pretensa universalidade, sobre a

Ásia, a África e a América, decodificando a natureza e a sociedade desses outros lugares a partir da lógica cultural, econômica e política européia.

Desde o início da expansão européia, a viagem era produtora de fontes para a História Natural. Já no período das grandes navegações foi demandada, aos exploradores de novas terras, a coleta de materiais – coleções de pedras, animais e plantas – que se juntariam aos diários de campo, mapas e desenhos para atestarem a realidade da viagem e representarem as terras visitadas e seus habitantes aos olhos daqueles que ficavam na Europa.

Na medida em que esses viajantes desconheciam os procedimentos adequados à coleta, preparação e envio do material colhido, de modo a torná-lo apto para o estudo do naturalista, colocava-se a necessidade de disciplinar os gestos e o olhar do viajante a serviço da História Natural. Marie-Noelle BOURGUET (1997) identifica, desde a metade do século XVII, a criação de comissões de estudo, em instituições como a Academia Real Francesa e o Jardim do Rei, com o objetivo de orientar a curiosidade e regular a conduta dos viajantes. Para tanto, produziu-se uma grande quantidade de livros de método e manuais de instruções, conformando-se um gênero literário específico.

A partir da segunda metade do século XVIII, transformações no campo da História Natural provocaram a necessidade de redefinir o estatuto da viagem empreendida ao Novo Mundo. Graças ao quadro taxonômico proposto por Linneu e estimulados pelas novas concepções de relação entre as espécies e o meio circundante, desenvolvidas por Humboldt, alguns naturalistas não mais se contentaram em observar a natureza americana através dos olhos dos outros e resolveram abandonar temporariamente os gabinetes e empreender viagens ao Novo Mundo.

O projeto taxonômico de Linneu exigia a coleta de espécies em todas as partes do mundo: elas deveriam ser retiradas do seu habitat natural e organizadas em coleções e jardins dos naturalistas europeus, segundo os critérios de

classificação propostos. As características do habitat ou o saber local sobre a espécie não eram considerados no quadro taxonômico.

Os naturalistas que ficavam nos gabinetes já podiam contar com viajantes formados dentro do campo da História Natural para coletar as espécies e garantir, por meio das técnicas mais adequadas, o bom estado das amostras que chegassem à Europa. Isso aumentava a credibilidade e a legitimidade das viagens como instrumentos de saber sobre a natureza.

As vivências dos naturalistas viajantes não eram significativas para a produção do conhecimento, pois os métodos racionais então preconizados pela História Natural prescindiam dos sentimentos e emoções que o naturalista pudesse ter experimentado durante a viagem. O significado da viagem estava restrito à etapa da coleta de materiais e tinha importância secundária naquele campo científico se comparado com o trabalho de batizar as novas espécies, sistematizar e organizar os herbários, coleções e jardins.

Todavia, o ambicioso projeto de inventariar o mundo iria determinar um novo tipo de viagem rumo às partes do globo pouco conhecidas ou ainda desconhecidas: as grandes navegações científicas. Assim, a viagem adquiria outros significados para a Ciência. Os naturalistas que participariam destas viagens tinham um *status* diferente daquele dos humildes discípulos de Linneu, pois não eram meros coletores especializados, mas autores do conhecimento elaborado a partir dos materiais coletados.

Nenhum outro naturalista teve mais influência na difusão desta nova prática que Alexander Von Humboldt, cuja produção científica se construiu a partir da experiência de viagem, tornando-se modelo para os naturalistas viajantes que empreenderam o ciclo das grandes expedições científicas da primeira metade do século XIX (PRATT, 1991; LISBOA, 1997). Sob influência do romantismo, Humboldt desenvolveu uma nova concepção de natureza e de trabalho científico (GUERBI, 1996), segundo a qual o conhecimento do mundo natural se constrói

não apenas em gabinetes, mas também no contato direto do cientista com o objeto específico de sua disciplina.

Humboldt considerava que a “verdade da natureza” somente poderia ser desvelada sob a condição que o pesquisador vivenciasse a natureza, confeccionando não apenas uma narração do observado, mas também do subjetivado - *“a impressão sensível produzida em nós pelo mundo exterior”* (HUMBOLDT, 1965). Na obra *Quadros da Natureza*, publicada em 1808 e ampliada em edições de 1826 e 1849, desenvolveu uma teoria do conhecimento da natureza baseada na concepção de paisagem. Propôs que o naturalista tomasse como objeto a *“fisionomia da natureza”*, as *“descrições gerais”* que retratam o conjunto da topografia, da geografia, dos animais e, confirmando o primado da botânica, principalmente dos vegetais que formam os *“quadros da natureza”* de cada região.

Humboldt estava propondo uma nova percepção do objeto científico da História Natural, sugerindo que o primado da visibilidade, centrado na análise da estrutura externa de cada organismo, fosse substituído por uma visão de conjunto dos vegetais. Sua teoria rompia com a concepção ahistórica, ageográfica e atemporal então hegemônica no campo da História Natural. O naturalista deveria tomar como objetivo a *“descrição da geografia e a distribuição das plantas”* para construir o conhecimento da natureza. Para traçar essa geografia, o fator tempo passava a ter papel relevante: *“o conhecimento do aspecto próprio de certas regiões ligam-se intimamente com a história da raça humana e da civilização”* (HUMBOLDT, 1965, p. 285). A idéia da repetição das espécies e imutabilidade da natureza era considerada superada e os seres naturais passariam a ser vistos historicamente.

A viagem, em decorrência, deixava de ser um mero meio de coleta de espécies a serem classificadas taxonomicamente; o terreno ganhava o estatuto epistemológico de lugar de produção do conhecimento, onde o estudioso viajante podia, através da observação, não apenas catalogar a natureza, mas entendê-la

na sua multiplicidade de relações com o solo, clima, altitude, etc. Uma visão mais ampla, que envolve a construção da paisagem como instrumento e objeto da pesquisa científica.

As modificações na concepção de viagem provocaram também transformações discursivas nos relatos dos naturalistas. A narrativa que se construía a partir do olhar taxonômico foi sendo alterada, valorizando-se o olhar subjetivo do naturalista preocupado em vivenciar a paisagem. Na construção de seus relatos de viagem, Humboldt narra a natureza tropical com matizes que representam uma combinação de elementos poéticos do romantismo com princípios da História Natural. O sentimento que a natureza provoca no viajante não está em oposição à razão; o naturalista experimenta, vive e sente a natureza para poder descrevê-la e conhecê-la. Com Humboldt, a invenção da paisagem combina a subjetividade do viajante com a objetividade das regras disciplinares do campo científico da História Natural.

A geração de naturalistas europeus que se deslocaram para o Brasil, no início do século XIX, escreveu suas narrativas de viagem inspirada no estilo estético-científico criado por Humboldt (BELLUZZO, 1996; LISBOA, 1997; LEITE, 1997). Na produção de seus relatos, a descrição da natureza é marcada por um duplo viés: por um lado, o olhar taxonômico determina uma incessante procura por novas espécies a serem catalogadas cientificamente; por outro, o olhar romântico, centrado na exaltação de uma natureza intocada pelo homem, desencadeia um processo de interiorização do narrador, de auto-reflexão, de exaltação dos sentidos.

Em resumo, os relatos produzidos pelos naturalistas podem ser considerados como produtos de uma dupla inflexão da observação do viajante. Primeiramente, os pressupostos lineares constituíam o aparato científico de observação do mundo natural sob uma ótica claramente classificatória e taxonômica, conferindo ao relato um olhar mais objetivo. Mas, por outro lado, a influência do estilo estético-científico de Humboldt concede ao relato uma

dimensão de caráter subjetivo, uma visão particularizada do observado e do vivido.

Como isso se expressa concretamente? A descrição classificatória e a adjetivação dos fenômenos observados se mesclam, se entrecruzam, se perpassam continuamente ao longo dos relatos. Ao mesmo tempo em que as espécies naturais são classificadas (ganhando nomenclatura científica a partir de suas características particular), a natureza inspira no viajante sensações de prazer, encanto, gozo, deleite, mas também de medo, mistério, solidão e insegurança.

IMAGENS DO CERRADO

Para investigar a construção da paisagem do cerrado realizada pelos viajantes europeus durante o século XIX, analisamos os elementos do mundo natural que compõem as narrativas, relacionando-os com a experiência da viagem e os quadros culturais europeus.

Por meio dos diferentes relatos, e às vezes no relato de um mesmo viajante, observa-se uma apreciação contraditória e ambígua do cerrado. Ora é construído como uma *“vegetação fresca e verde para grande alívio dos olhos”* (GADNER, 1975, p. 141), *“formando um verdadeiro bosque encantado”* (POHL, 1976, p. 91), *“com seus buritis que se elevam majestosamente a altura consideráveis”* (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 88), ora é caracterizado por uma imagem desoladora, triste e monótona.

Saint-Hilaire apresenta o olhar mais depreciativo acerca da qualidade dos recursos naturais do cerrado. É recorrente em seus relatos a imagem de uma vegetação pobre, escassa, desordenada e raquítica.

Podia descortinar uma vasta extensão de terras, mas nada havia nelas que me prendesse o olhar. Em toda a parte só se via uma imensa e monótona solidão. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 59)

Contudo, o próprio Saint-Hilaire é capaz de descrever uma paisagem com elementos das antigas visões edênicas:

Para ter uma idéia de como é fascinante a paisagem ali, o leitor deve imaginar estar vendo em conjunto tudo o que a Natureza tem de mais encantador: um céu de um azul puríssimo, montanhas coroadas de rochas, uma cachoeira majestosa, águas de uma limpidez sem par, o verde cintilante das folhagens e, finalmente, as matas virgens, que exibem todos os tipos de vegetação tropical. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 105)

Como explicar visões tão contraditórias? Um fator relacionado a esse fenômeno é o “estado de espírito” do viajante no momento em que produz o relato. Além disso, deve-se considerar que o cerrado é um bioma bastante heterogêneo, apresentando regiões com formações vegetais muito diferenciadas. Outro elemento importante é o período da viagem: as condições da vegetação do cerrado durante a seca são diversas daquelas da temporada das chuvas.

A maior parte da viagem de Saint-Hilaire pelos cerrados transcorreu ao longo do período da seca (maio a setembro). Pohl também ficou impressionado com a transformação ocorrida na paisagem durante o período de seca, pois *“toda vegetação estava como morta”* (POHL, 1976, p. 338).

Ao estabelecer um julgamento de valor a respeito do cerrado, os viajantes frequentemente tomam como pressuposto uma conformação vegetal distinta, por meio de comparações com as matas tropicais do litoral, caracterizadas pelo maior porte e vigor.

As matas que atravessei na Província de Goiás, antes de chegar a sua capital, conhecidas pelo nome de Mato Grosso, estão bem longe de deter a majestade das florestas virgens do Rio de Janeiro e Minas Gerais. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 48)

A paisagem do cerrado causa impressões de monotonia e tédio que produzem em Saint-Hilaire um profundo desânimo, apenas compensado pelo forte interesse em conhecer a flora da região:

Convém de admitir, porém, que a repetição das mesmas características da paisagem em breve esgota a admiração do viajante, e no meio daqueles desertos de uma monotonia primitiva, que o engenho humano quase nada fez ainda para melhorar, ele sucumbiria sob o peso do tédio se não tivesse a sustentá-lo uma forte motivação, como por exemplo pela história natural, que lhe permitia escapar da uniformidade do conjunto pelo estudo variado dos detalhes. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p.48)

É igualmente interessante observar que Saint-Hilaire, apesar de reiterar seguidamente a homogeneidade da paisagem, estava atento à diferenciação do cerrado em suas múltiplas configurações:

Não se deve, porém, imaginar que há entre todos os campos uma semelhança perfeita. (...). Assim como a região das florestas se divide em várias sub-regiões, da mesma forma observam-se dois aspectos distintos na região dos campos, que ora mostram capinzais e subarbustos (tabuleiros descobertos), ora exibem aqui e ali, no meio das pastagens, árvores retorcidas e raquíticas (tabuleiros cobertos). (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 48)

A construção de uma imagem comparativa entre a paisagem brasileira e a paisagem de seus países de origem é outro recurso recorrente na construção dos relatos. O viajante delinea a paisagem do cerrado ao procurar hierarquizar, classificar e ordenar os elementos observados a partir dos referenciais, dos pressupostos teóricos e modos apreciativos que dispõe.

Os padrões de civilização européia do século XIX conferem ao viajante a observação da natureza sob a ótica do racionalismo econômico: a civilização compreende necessariamente transformar florestas em campos cultivados. Ser civilizado, nesse período, consistia em ser capaz de dominar, transformar e usar a natureza em seu proveito. Por isso, é tão recorrente nos relatos dos viajantes o

desprezo pelos agricultores brasileiros do sertão que deixavam ocioso o solo e as florestas e não praticavam a agricultura de caráter intensivo. Eles são considerados “irracionais”, “não civilizados”, “primitivos” e semelhantes a animais.

Até onde a vista podia alcançar não há o menor traço de cultura, o menor sinal de gado nos pastos, apenas uma profunda solidão, uma tediosa monotonia. (SAINT-HILAIRE, 1975b, p. 120)

(...) embora rodeadas pelas melhores terras possíveis para plantações, as três famílias apenas tinham uma pequena plantação de mandioca, que parecia ser a única coisa que cultivam. Apesar das abundantes pastagens das vizinhanças, ninguém possuía uma só vaca, e sua desculpa era o trabalho que lhes daria fazer uma cerca em volta da plantação. Em vez de qualquer labor manual dessa espécie, preferem vagarear ociosos em redor da casa ou entrar à mata, de machado e espingarda, em busca de caça e mel silvestre. (GARDNER, 1975, p. 150)

Um dos aspectos mais ressaltados nos relatos é o caráter inculto das terras, que decorreria da indolência dos habitantes do cerrado e que constituiria a causa, em última instância, da miséria e da fome existentes na região. Esse olhar eurocêntrico justifica ideologicamente o processo de colonização.

Registros condicionados pelos pressupostos e preconceitos do viajante são característicos dos relatos de viagem. No entanto, o olhar e a escrita estão amplamente relacionados com a experiência de viagem de cada um dos naturalistas. São momentos em que a memória afetiva assume o primeiro plano na narrativa. O tempo da memória permite entrever as sensações causadas pela paisagem brasileira. Assim, por exemplo, a solidão e o tédio reiterados em determinadas passagens da narrativa são, em outros momentos, substituídos pela tranquilidade, bem estar ou, até mesmo, pela insegurança e o perigo.

O verde das matas e dos campos era tão viloso, e o céu nas proximidades da montanha tinha uma tonalidade tão suave que não pude

deixar de **sentir prazer em contemplar aquelas vastas e tranqüilas solidões**. (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 107/ Grifos nossos)

(...) a Natureza poderia prender nossa atenção não fossem **os incômodos e perigos** que apresentava a continuação de nossa viagem. (GARDNER, 1975, p. 159 / Grifos nossos)

Em outros momentos, a natureza é compensadora da viagem e de seus sacrifícios não apenas pelas oportunidades de conhecimento que oferece ao naturalista, mas também pela sensação que produz.

Muito tempo permanecemos nesses pontos encantadores, descansando os nossos olhos nesses arrebatadores panoramas, que reuniam tudo que possa ser atraente uma paisagem e que aqui se nos apresentavam, com a exuberante decoração da flora tropical, emoldurados pela céu meridional. Esta bela vista compensou-nos largamente das inúmeras fadigas de nossa peregrinação. (POHL, 1976, p. 160)

A análise da literatura de viagem permitiu detectar outro recurso recorrente: a construção de uma imagem comparativa entre a paisagem brasileira e a paisagem de seus países de origem. Saint-Hilaire, por exemplo, seguidas vezes aponta que os *“campos, vistos de longe, com o seu capim amarelado e queimado pelo sol, fazem lembrar as nossas planícies de Beauce logo após a colheita”* (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 61). Esses momentos representam a memória afetiva da viagem assumindo o primeiro plano na narrativa. O tempo da memória permite entrever a percepção sensorial e sensual da paisagem brasileira (SEVCENKO, 1996). O momento da escrita, muito além da objetividade científica, (re)cria também a sedução sensual da paisagem.

Nessa perspectiva, a experiência de viagem se entrelaça com a teia discursiva sobre a América e com os métodos da História Natural para compor as narrativas dos viajantes. O relato não desvela ou resgata a experiência tal como ocorreu ou foi vivenciada pelo viajante; diferentemente, a criação literária configurada nas operações da escrita (re)inventa a memória da experiência de

viagem. A ficção está na imbricação do devaneio do viajante com o relato do vivido.

Ao mesmo tempo, a interpretação da literatura de viagem deve considerar que a escrita dos viajantes está ancorada no presente condicionando a evocação do passado. Os viajantes naturalistas esmiuçaram suas vivências, compondo uma narrativa sobre o passado numa relação com a identidade e com a imagem pública que desejavam ver reconhecida pelos leitores: tanto os seus pares, a comunidade científica, quanto o público em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLUZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos Viajantes. *Revista USP - Revista da USP*, Dossiê Brasil dos Viajantes, n. 1. São Paulo: USP / CCS, p. 8-19.

BOURGUET, Marie-Nolle. La collecte du monde: voyage et histoire naturelle (fin XVIIème – début XIXème siècle). In: BLANCKAERT. C. et al. **Le museum ao primer siècle de son histoire**. Paris: Muséum National d'Histoire Naturelle, 1997.

DUBY, Gerges. **Diálogo com a Nova História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s/d.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

GUERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da natureza**. Volume I. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965.

LEITE, Miriam Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997.

LISBOA, Karen. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 1997.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/EDUSP, 1975b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975a.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista da USP**, Dossiê Brasil dos Viajantes, n. 1. São Paulo: USP, 1996, p. 108-119.